



Relatório da Reunião 06/2010 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: **06 e 07 de dezembro de 2010**

Cidade: **Criciúma**

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010, na cidade de Criciúma, ocorreu a sexta reunião de 2010 dos Colegiados de Contadores e Controladores Internos Municipais.

Estiveram presentes os representantes das associações: GRANFPOLIS, AMPLANORTE, AMMOC, AMURC, AMAI, AMARP, AMFRI, AMAVI, AMESC, AMREC, AMURES, AMUREL, AMMVI, AMUNESC E FECAM.

Assuntos Deliberados na Reunião:

1. Nota Fiscal eletrônica

O regulamento do ICMS nº 42 estabelecia que a partir de 01/12/2010 os municípios deveriam receber nota fiscal eletrônica no modelo 1 e 1 A. Este prazo foi prorrogado para 01/04/2011.

Como existem dúvidas sobre o assunto foi formado um grupo de pessoas para estudar o assunto e apresentar na próxima reunião em 03/2011. Membros: Roberto (AMFRI), Valmir (AMAVI) e Patrícia (AMUREL).

2. Jornada de Trabalho

Segundo a assessoria jurídica da FECAM para os municípios que estabelecem carga horária reduzida, deve estabelecer a regra de pagamento de horas-extras a partir da oitava hora.

Quanto a carga horária das assistentes sociais, em que pesa legislação federal dispor de 30 horas, o que vale no município é o estabelecido em lei municipal.

3. Contribuição de Melhoria

Diversas dúvidas cercam os procedimentos quanto ao lançamento deste tributo e o cálculo para sua cobrança. Os senhores Marcos (AMUNESC) e Jocimar (AMURC) juntamente com a FECAM, farão estudo sobre o assunto e será apresentado na próxima reunião em 03/2011.

4. Anistia/Remissão de Tributos

Segundo a Lei Complementar 101/00 - LRF, anistia/remissão de tributos é considerado "Renúncia de Receita".

Segundo o artigo 14 da LRF para que o Município promova renúncia de receita é necessário observar o seguinte:

- 1) Estudo do Impacto Orçamentário e Financeiro da renúncia de receita; e
- 2) Atender a uma das hipóteses abaixo :
 - a) Demonstrar que a renúncia já estava prevista na LOA; ou
 - b) Demonstrar as medidas de compensação desta renúncia.

Como as medidas de compensação previstas pela LR, que são aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, etc. são



praticamente impossíveis de se aplicar concomitantemente a renúncia de receita, resta a opção da previsão na LOA.

Para comprovar que a renúncia estava prevista na Lei Orçamentária Anual, é necessário que a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a LOA, já contemplem esta situação no Anexo de "Renúncia de Receita", nas rubricas "redutoras" no Demonstrativo da Receita, e no texto da "Memória e Metodologia de Cálculo" da receita.

Reforço que o estudo do impacto orçamentário e financeiro sempre será exigido.

Após estes procedimentos, legislação específica pode autorizar a renúncia de receita.

5. Relatórios de Controle interno

Foi solicitado que a EGEM desenvolva cursos nesta área.

A Controladoria Geral da União - CGU procurou a FECAM e propôs para o mês de fevereiro de 2011 capacitação para os Controladores Internos dos municípios de Santa Catarina. A quantidade de participantes será definida pela CGU e o custo do evento será por conta das associações de municípios.

6. Fontes de Recursos

Em 2011 o TCE-SC estará aceitando os gastos como, por exemplo, MDE na fonte 0.1.01 e 0.1.00 a partir de 2012 obrigatoriamente os gastos com MDE serão contabilizados na fonte 0.1.01.

Exemplo: se o município vai gastar no ano de 2012, 28% com MDE este deverá constar na fonte 0.1.01 e não mais como vínhamos fazendo 25% na fonte 0.1.01 e o restante na fonte 0.1.00.

7. CNPJ dos Fundos

Os Municípios que recebem recursos da Secretaria de Estado da Assistência Social por determinação da mesma devem abrir CNPJ para o fundo. As contas bancárias destes fundos deverão estar vinculadas a este CNPJ.

O estado poderá exigir quatro contas bancárias diferentes duas da média e duas da alta complexidade.

As contas criadas têm que ter aplicação financeira automática.

As compras da assistência social podem ter as notas fiscais emitidas no CNPJ da Prefeitura. O contador Gilberto Brasil (GRANFPOLIS) vai verificar com o estado que documentos normatizam estes procedimentos, assim que obtiver o mesmo encaminhará a FECAM que publicará em seu site.

Sugerimos que seja feita uma leitura nos decretos:

Decreto 2677 de 08/10/2009 - Dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social - FEAS/FMAS;

Decreto 3316 de 17/06/2010 - Dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social - FEAS/FMAS.



8. Registro de Preços

Conforme estabelece o Art. 15, § 3º, III da Lei 8.666/93 o registro de preços terá validade não superior a um ano, acontece que o Art. 57 da referida lei determina que a vigência dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Logo, se uma ata de registro de preços tem início em 10/08/X0 ela deve ter validade até 31/12/X0, podendo ser prorrogado até 09/08/X1.

Segundo o senhor Otto Simões, Coordenador da Diretoria de Controle de Licitações e Contratações do TCE-SC as compras devem atingir no mínimo 25% do Registro de Preço.

9. Transporte Escolar

Os veículos adquiridos com recursos do PNATE/FNDE devem estar identificados com "Transporte Escolar". As Notas Fiscais devem conter na descrição da sigla PNATE.

O TCE-SC realizou auditoria no transporte escolar de vários municípios catarinenses, quanto a FECAM receber as informações da auditoria e das providências que o estado vai tomar será apresentado ao colegiado.

10. Pagamento de 13º Salário e 1/3 de férias para cargo eletivo

Discutiu-se neste item a questão de pagamento de 13º Salário e 1/3 de férias aos Conselheiros (Saúde, Educação, Etc).

Segundo o prejulgado do TCE-SC 1864

A autonomia federativa do município e sua competência para legislar sobre interesse local, bem como a específica para fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, permite a edição de Lei Municipal autorizando o pagamento de 13º e outros benefícios previstos na Constituição Federal aos Conselheiros Tutelares, desde que haja disponibilidade de recursos para arcar com essas novas obrigações e sejam observadas as implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

11. Dívida Ativa sobre multas de trânsito

Segundo o contador Gilberto Brasil em um município da Grande Florianópolis o contador foi notificado por não lançar em dívida ativa as multas de trânsito.

Na próxima reunião do Colegiado com o TCE-SC será objeto de discussão. E caso realmente seja necessário inscrever as multas em dívida ativa se tentará junto ao DETRAN obter os relatórios que contenham as informações das multas emitidas.

12. Temas para o Congresso de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais

Os temas sugeridos para o Congresso de 2011 foram os seguintes

Controle Interno:

- Auditoria no controle Interno;
- Responsabilização do Controlador Interno;

Contabilidade:

- Contabilização dos consórcios públicos;
- Patrimônio Público;
- Provisões contábeis;

Tributário:



Nota fiscal eletrônica de serviços;
Medida compensatória;

Palestra Motivacional:

Foi sugerido que a mesma se realize no final do primeiro dia do congresso.

13. Calendários de Reuniões para 2011

Foram agendas quatro reuniões para o ano de 2011 sendo elas em:

Março – 14 e 15 em Florianópolis
Junho – 13 e 14 em Rio do Sul
Setembro – 15 e 16 em Florianópolis
Dezembro – 05 e 06 em Xanxerê

Demais reuniões poderão ser marcadas no decorrer do ano caso surjam assuntos polêmicos relacionados a contabilidade pública ou ao controle interno.